
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO VIGENTE E A 38ª
ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 3ª REUNIÃO

EXTRAORDINÁRIA DO ANO VIGENTE E A

38ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DESTE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 11 (onze) dias do mês de julho do ano de 2025, às 9:15 horas, reuniu-se, de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família e Trabalho – SEMASFT, localizada na Rua 21 de Abril bairro União, O

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em caráter extraordinário, sob a presidência do Sr. Lucas Rosendo da Silva com a participação do vice-presidente Sr. Salustiano Freitas F. Neto e os demais conselheiros sendo: Maríne Carvalho Barbosa (COMEC), Greice Pamela Resende da Silva (APAE), Grassineide Resende Meneses (APAE), Michela Nunes Monteiro Aguiar (SEMED), Lúcio Rojas (SEMASFT), Rosana F. da Silva (SOCIEDADE CIVIL), Ivanildamatos (CMDCA). O presidente declarou aberta a reunião, dando início aos trabalhos, cuja pauta previamente comunicada aos conselheiros foi a seguinte:

- Apresentação, Deliberação e Emendas Parlamentares
- APAE
- Horários Secretário Executivo
- Casa dos Conselhos
- Verificação da aprovação de readequação emenda APAE
- Prestação de Contas SEMASFT
- Superavit 2025

O vice-presidente deu início à abertura iniciando com um bom dia e dando início à reunião tendo como pauta para a ordem do dia os seguintes informes: a apresentação, análise, discussão e deliberação da emenda parlamentar destinada para APAE. Sr. Grassineide informou que durante a reunião quando se tratava de uma readequação, mas sem a necessidade da resolução do plano de trabalho, que já está aprovado.

No entanto, essa resolução não foi feita nem publicada. Informou-se ainda que essa reunião aconteceu no dia 20 de dezembro de 2024, mas até o momento a resolução não foi localizada, mesmo após buscas em registros de atas de reuniões anteriores, trata-se da publicação do plano de trabalho referente ao valor de R\$ 50.000,00 da Sílvia Cristina. Diante disso, o vice-presidente Salustiano Freitas propôs a ratificação da situação, dando seguimento ao tratamento da referida emenda, que inclusive já havia sido deliberada em reunião.

anterior, sendo agora necessária a resolução para que possa ser publicada oficialmente.

Foi registrado também que a conselheira Michela Nunes Monteiro Aguiar comunicou que a secretária das masftrozangela Borges não poderia estar presente na reunião, conforme informado. A ausência se deu por motivo de saúde, tendo em vista que havia uma consulta médica previamente agendada, o que impossibilitou sua participação. Da mesma forma, foi justificada a ausência da servidora Jordânia, que seria responsável por apresentar a prestação de contas, mas que também não pôde comparecer. Reforçou-se, portanto, que a ausência de ambas foi devidamente justificada de forma antecipada, sendo motivada por questões de saúde e compromissos inadiáveis.

O vice-presidente sugere que se todos estiverem de acordo que seja marcado uma reunião extraordinária no qual adata ficou indefinida para tratar sobre essas duas pautas Prestação de Contas SEMASFT, e o Superavit 2025. A conselheira Michela Nunes sugeriu que as próximas reuniões tenham a data combinada previamente com o grupo, para evitar conflitos de agenda, como ocorreu nesta, devido à ausência da prestação de contas.

O vice-presidente destacou que a Secretaria tem que encaminhar os documentos, conforme previsto no regimento, que estabelece o prazo de cinco dias. reforçou que a publicação deve ser clara e acessível, não dependendo apenas de sistemas de busca.

O vice-presidente chamou a atenção dos conselheiros para a importância de se observar a coerência entre os planejamentos em andamento, destacando que estão sendo construídas ações com base no Plano Anual e no PPA, mas que ainda não há um Plano Anual formalizado, tampouco uma base estruturada no Plano Decenal. Apontou essa falha como um ponto que merece atenção do colegiado.

Em seguida, retomou a fala da conselheira Michela, reforçando a dificuldade enfrentada por várias secretarias para ajustar suas agendas para participar das reuniões, especialmente as extraordinárias. Relatou que, embora a equipe técnica consiga se organizar com antecedência, outras secretarias, acabam tendo compromissos simultâneos, como eventos e visitas o que prejudica a presença nas reuniões.

Ressaltou que essa situação tem ocorrido com diversos membros, citando também o caso da própria Michela, que já possui compromissos pré-agendados. Defendeu que, embora o colegiado mantenha suas reuniões ordinárias, as extraordinárias precisam ser mais bem planejadas e limitadas, para evitar a realização de várias convocações em um mesmo mês, o que sobrecarrega a todos.

O presidente, Sr. Lucas Rosende, manifestou que, considerando que a Jordânia já encaminhou as prestações de contas com antecedência, a melhor alternativa seria marcar uma reunião ordinária para análise e deliberação dessas prestações, desde que todos concordem. Ele ressaltou que o superávit, embora esteja pronto desde janeiro conforme informado pela secretária, ainda não foi encaminhado para o conselho, o que impede a deliberação. Caso o superávit seja enviado na próxima reunião ordinária, poderá ser deliberado; caso contrário, os recursos ficarão indisponíveis.

Durante a reunião, o presidente Lucas Rosendo ressaltou a importância de respeitar os trâmites legais, destacando que isso já havia sido apontado claramente na conferência com a representante do Ministério Público, Sandra, e o representante do Tribunal de Justiça, Massimo. Ele informou que desde janeiro o superávit está constituído e que o conselho, junto com o secretário executivo Antonio Diego, tem realizado cobranças formais e diretas. O presidente também comentou que, devido

à demanda de trabalho, não é viável buscar informações no sistema. Athus, autorizando Antonio Diego a elaborar e encaminhar documentos em seu nome, por falta de tempo para essa tarefa.

O doutor Lúcio Rojas, suplente da secretária Rosângela Borges, afirmou que deve reiterado, em documento, a solicitação feita pelo presidente, pedindo que tudo o que for enviado também seja encaminhado para ele. Ele reforçou a importância do tema e se comprometeu a cobrar a resolução do assunto. Reconheceu que houve falhas e que irá cobrar para que sejam corrigidas. Solicitou que todas as reiterativas enviadas à secretária Rosângela Borges sejam também enviadas para ele, e que a Rafaela Braganholo seja acionada para tomar as providências necessárias.

Ressaltou que o assunto precisa ser resolvido para que a gestão e a população não sejam prejudicadas. Manifestou estar chateado com situações que atrapalham o andamento dos processos, inclusive com pessoas que, segundo ele, dificultam a execução dos trabalhos. Reconheceu as dificuldades de lidar com essas situações, mas destacou que esses desafios devem ser superados para melhorar o serviço prestado. Reafirmou seu compromisso em resolver o problema, autorizando a reiteração dos ofícios e os encaminhamentos subsequentes.

O presidente destacou a falta de clareza nas ações, atribuindo isso à falta de capacitação das pessoas responsáveis na ponta, que muitas vezes são influenciadas por terceiros. Ele ressaltou que essa situação já vem sendo discutida há muito tempo e que os conselheiros estão começando a cobrar com mais rigor. Também mencionou o “jeitinho brasileiro”, alertando que embora alguns tentem agir de forma improvisada, todos acabam tendo que responder pelas consequências.

Grassineide Menezes, da APAE, ressaltou que, apesar das demandas atuais, há uma deficiência na comunicação, o que dificulta o andamento das coisas. Disse sentir que, às vezes, seu posicionamento acaba sendo visto como incômodo por ambos os lados, o que evidencia essa falha na comunicação. Destacou que muitas informações chegam a ela de forma indireta, citando como exemplo a descoberta tardia de valores financeiros importantes, que inicialmente não eram de conhecimento geral.

O presidente comentou sobre o novo sistema de tramitação, destacando que o considera muito superior ao anterior. Enquanto o antigo apenas exibia a necessidade de aprovação, o novo sistema permite visualizar todas as etapas, prazos e o momento em que o processo chegou à secretária. Relatou que só foi informado sobre essa nova ferramenta na quarta-feira daquela semana, enquanto ainda utilizava o sistema antigo para buscar informações, mesmo com o prazo se encerrando no mesmo dia. Ressaltou que o processo havia chegado à secretária em junho, e somente agora foi repassado à APAE, que ainda tinha uma emenda a ser tratada com menos de quinze dias de prazo, gerando uma situação caótica e prejudicial ao andamento das ações.

A conselheira Marínes Carvalho Barbosa afirmou que o Conselho está ali para somar e colaborar, especialmente por lidarem diretamente com as demandas da população. Demonstrou frustração com a falta de resolutividade em questões como os Benefícios Eventuais, que são direitos dos usuários. Destacou a importância da união entre Conselho e gestão, citando que, sem alinhamento, o ano pode terminar sem aprovações e sem recursos para trabalhar. Elogiou a postura do secretário presente, mas alertou que, diante de resistência da gestão, cada conselheiro responde individualmente, e ela preza pelo seu compromisso e responsabilidade.

O Presidente Lucas Rosendo pediu desculpas e esclareceu que, muitas vezes, não se trata de o Conselho querer barrar ações, mas sim da necessidade de entender como os processos estão

funcionando. Explicou que o Conselho precisa deliberar e que, quando algo chega em cima da hora, ele não pode assinar ou tomar decisões sozinho, sem o consentimento dos demais conselheiros. Acrescentou que, em alguns casos, conversa com alguns membros para tentar resolver, mas sempre procura garantir a participação do colegiado nas decisões.

O Vice-Presidente Salustiano Freitas lembrou reunião anterior com a presença da Maria Antônia do Conselho Estadual de Assistência Social e do Dr. Lúcio, onde foi debatida a importância da atuação da secretária executiva, ressaltou que o secretário executivo é peça fundamental para a organização e funcionamento do Conselho, e que eventuais problemas nessa função comprometem diretamente os trabalhos.

Informou que havia sido acordado que o secretário teria um espaço exclusivo para exercer suas atividades, sendo mencionado inclusive o uso da sala anteriormente ocupada pela servidora Patrícia Miranda. No entanto, surgiram informações conflitantes sobre a real utilização do espaço, com relatos de divisão de ambiente e dificuldades para o desempenho das funções.

O Vice-Presidente Salustiano Freitas afirmou que o Presidente atual tem cumprido com eficiência suas atribuições, promovendo organização e avanços nos trabalhos do Conselho. Destacou que a eventual retirada do secretário executivo seria interpretada como uma afronta ao processo de legalização e fortalecimento institucional do colegiado. Ressaltou que, no momento em que se discute a reestruturação do Conselho, é fundamental que não se transmita a ideia de que um Conselho organizado seja visto como algo negativo para a Secretaria.

A senhora Rosana, moradora de Candeias e representante da sociedade civil, fez uso da palavra, destacando sua trajetória de participação social como cidadã, empresária, mãe e evangélica. Relatou que, mesmo após sair do trabalho, fez questão de comparecer à reunião, demonstrando seu compromisso com o acompanhamento dos trabalhos do Conselho.

Ressaltou seu interesse em saber como o Conselho tem atuado e se tem correspondido às expectativas da comunidade. Comentou sobre situações em que conselhos são enfraquecidos ou podados em sua atuação, reforçando que isso não é um fenômeno novo. Compartilhou sua experiência em diversos espaços de controle social, como os Conselhos de Saúde, da Criança e do Adolescente, da Mulher, e também em comissões de justiça.

Diante do exposto, o Secretário Executivo procedeu com a leitura da ata da reunião anterior, a qual, após lida, foi colocada em apreciação e aprovada por unanimidade.

Pauta 1 – Apresentação das Emendas Parlamentares da APAE

Foi informado que a APE será contemplada com R\$ 150.000,00 em emendas parlamentares, sendo R\$ 50.000,00 do deputado Fernando Máximo e R\$ 100.000,00 da deputada Silva Sistina, ambas destinadas ao custeio. Ressaltou-se que o processo exige um documento de aptidão, emitido com base no aceite do Conselho. A servidora Jordania já anexou esse documento à ata, atestando que a APAE está apta a receber os recursos. Foi informado que o processo está agora na fase de aceite formal por parte do Conselho, possibilitando o recebimento das emendas.

O presidente Lucas Rosendo parabenizou a equipe da APAE pelo recebimento das emendas parlamentares e destacou que, para o devido prosseguimento, será necessário apresentar ao Conselho um plano de ação e um plano de trabalho. Ressaltou que esses documentos são indispensáveis para que o Conselho possa elaborar a resolução de promoção do plano.

O presidente Lucas Rosendo ressaltou que houve dificuldade no processo de aceite no sistema Estrutura SUAS, uma vez que as informações necessárias não estavam visíveis para ele no sistema, o que atrasou temporariamente o procedimento.

Destacou, no entanto, que a situação foi posteriormente regularizada, permitindo a continuidade do trâmite das emendas.

Finalizou expressando satisfação com o recurso conquistado, afirmando que isso representa um alívio significativo na execução das atividades da entidade e reforça os esforços coletivos em prol do fortalecimento das ações.

Pauta 2 – Casa dos Conselhos

O presidente Lucas Rosendo informou que não esteve presente na visita técnica ao imóvel sugerido para a instalação da Casa dos Conselhos, e abriu espaço para manifestação dos conselheiros que participaram da vistoria.

O vice-presidente Salustiano Freitas relatou que o imóvel visitado é um ponto comercial localizado em frente à Escola CDA. Destacou que, em conversa com a secretária Rozângela Borges, foi informado que o proprietário autoriza a realização de benfeitorias no imóvel, porém não se responsabilizará por executá-las. Em razão disso, a Secretaria alegou dificuldade para arcar com as reformas e adequações necessárias, optando, portanto, pela não aceitação do imóvel para instalação da Casa dos Conselhos.

O vice-presidente ainda enfatizou a importância de que as tratativas justificativas relacionadas ao caso sejam formalizadas em documento oficial, visto que, em situações anteriores, o CMAS acabou sendo responsabilizado por decisões que não partiram do Conselho.

Em uma conversa que teve com a Janete Gomes, a conselheira Marínes Carvalho Barbosa lembrou que já existe contato com o proprietário do imóvel da Porto Farma, o qual demonstrou disposição em alugá-lo para a Prefeitura. Informou que o elevador do imóvel já foi consertado e que a secretária municipal já está tratando das questões administrativas necessárias para viabilizar o uso do local.

Marínes ainda relatou que, durante conversas na secretaria, foi informado que será realizado um chamamento público para identificação de imóveis disponíveis, com o objetivo de ampliar as opções e garantir maior transparência no processo de escolha do espaço para sediar a Casa dos Conselhos.

O presidente reforçou que já foi realizada uma visita ao imóvel da Porto Farma, sugerindo que seja considerada uma nova visita técnica, dada a adequação do espaço às necessidades dos conselhos. Destacou que o imóvel apresenta uma excelente estrutura, com salas amplas, hall espaçoso e arejado, cinco banheiros e aproximadamente cinco salas, o que permitiria acomodar todos os conselhos existentes e até mesmo a criação de novos espaços institucionais. Foi informado ainda que o elevador do prédio já foi consertado, garantindo acessibilidade, além do imóvel contar com acesso por escada e elevador. O proprietário também se dispôs a ceder o estacionamento lateral, caso necessário, para facilitar o acesso dos conselheiros e visitantes. Onde ficou decidido que será realizada uma visita na quarta-feira dia 16 de julho de 2025 às 09:00 horas.

Pauta 03 – Cumprimento do horário pelo Secretário Executivo

Foi debatida a importância do cumprimento do horário de expediente pelo Secretário Executivo. Ficou acordado que deverá ser mantido o horário regular de trabalho, e, havendo necessidade de flexibilização como saídas antecipadas ou ausências durante o expediente, estas deverão ser devidamente justificadas e relatadas formalmente, conforme orientação do

Dr. Lúcio. Ressaltou-se que, em casos pontuais e conforme a necessidade do Conselho, é possível que o expediente se encerre, por exemplo, até o meio-dia, desde que haja o devido registro da motivação e ciência do colegiado.

A conselheira Michela destacou a importância da disponibilização de um telefone celular para uso dos Conselhos, enfatizando que grande parte dos usuários reside na zona rural e que a principal forma de comunicação com esses cidadãos ocorre via aplicativo WhatsApp. Ressaltou que, na ausência de um telefone institucional, muitos usuários precisam se deslocar até a cidade apenas para obter informações ou esclarecimentos, o que gera dificuldades e custos desnecessários. Diante da demanda apresentada, o Dr. Lúcio colocou-se à disposição para colaborar e afirmou que buscará resolver a situação, viabilizando o atendimento à necessidade apresentada.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h52, .Eu, Antonio Diego Barbosa Ferreira Pinto, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será encaminhada para ser postada no portal da transparência.

.

Publicado por:

Lucas Rosendo da Silva

Código Identificador:230AA114

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 29/08/2025. Edição 4055

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>